



Maria Lucia Fattorelli: a cortina de fumaça

RESUMO:

No dia 10 de maio de 2016, a ex-auditora da Receita Federal e atual coordenadora da ONG Auditoria Cidadã da Dívida, professora Dra. Maria Lucia Fattorelli proferiu palestra com o tema “Sistema da Dívida: realidade de abundância e cenário de escassez”. Essa pesquisadora dispensa maiores apresentações, dado o alcance de seus trabalhos, tais como a recente participação nas auditorias das dívidas do Equador e da Grécia.

AUTORA:

Bianca Larissa Klein - professora dos cursos de Direito, Administração e Ciências Contábeis do UniBrasil Centro Universitário.

Nos tempos hodiernos é recorrente ouvir: - “Estamos em crise!” Mas que crise é essa? Crise cultural, crise econômica, crise política? Há quem afirme que aquilo que denominamos “crise” é, na verdade, uma síntese de todas essas crises, que se retroalimentam. Outros acentuam a crise econômica, atribuindo-lhe ascendência sobre diferentes áreas. A persistência e a vitalidade do problema tem mobilizado muitos pesquisadores que buscam compreender as causas da crise atual e seus mecanismos mais internos. Atenta à relevância desse debate, a comunidade acadêmica participou da discussão com Maria Lucia Fattorelli.

Com fulcro na dívida pública brasileira, a palestrante desenvolveu sua exposição intitulada “Sistema da Dívida: realidade de abundância e cenário de escassez”.

Para Maria Lúcia, é possível verificar claramente um paradoxo no cenário da crise brasileira: por um lado, o país se situa como a nona maior economia mundial, com abundância e potencialidades entre as quais se destacam a maior reserva de nióbio do mundo, a terceira maior reserva de petróleo do mundo, a maior reserva de água potável do mundo, a maior área agriculturável do mundo; por outro lado, entretanto, estampa um grave cenário de escassez, expresso por diversas crises que afetam a área

econômica (desindustrialização, queda da atividade comercial, desemprego, perdas salariais, privatizações, encolhimento do PIB), bem como reverberam nas esferas social, política e ambiental. É justamente nesse cenário que se verifica um aumento acelerado da dívida pública, o que se traduz em crise fiscal.

Diante desse contexto de crise, Maria Lúcia aponta para várias causas, articulando-as sob a denominação de SISTEMA DA DÍVIDA.

Entre as causas suscitadas para o Cenário de Crise para a Economia Real, configura-se o avanço de concessões ao Capital Financeiro, o que implica em juros elevados, sem justificativa técnica ou econômica e, ainda, a elevação dos lucros dos bancos e o abuso na utilização de mecanismos financeiros, tais como a utilização de “Swap” cambial, bem como das chamadas Operações “Compromissadas”.

Não bastasse, o Governo tem como principais propostas para enfrentar o rolo compressor da dívida, o retorno da CPMF, sob a justificativa de “déficit na Previdência”, a Independência do Banco Central (PEC 43/2015), bem como a emissão de Títulos da Dívida Externa e a PLP 257/2016, que transforma a União em seguradora internacional para investidores e garante remuneração da “sobra de caixa” de bancos.

A partir desse diagnóstico, Maria Lúcia Fatorelli propõe a fundamental problematização: qual seria a principal determinante para a CRISE FISCAL? A pesquisadora enfrenta a questão com clareza e profundidade, apontando quanto a

dívida pública asfixia a economia nacional. Vejamos que a DÍVIDA INTERNA CRESCERAM 732 BILHÕES em 11 meses, durante o ano de 2015, e o país nada recebeu em contrapartida.

Além disso, a auditora lembrou que a Política Monetária trava a economia do país, uma vez que os juros são abusivos: a Taxa Básica (SELIC) é de 14,25% e os Títulos são negociados a 16,81% em 21/01/2016.

Nesse quadro, não surpreende o descontrole inflacionário, pois se os juros elevados não servem para controlar a inflação brasileira e a base monetária restrita é inferior a 5% do PIB no Brasil (enquanto em todas as demais grandes economias mundiais é de cerca de 40% do PIB), verifica-se um estímulo ao aumento das taxas de juros de mercado. Assim, deixa-se de emitir moeda, mas emite-se dívida, que paga os juros mais elevados do mundo. Conclui-se, portanto que “O Banco Central está suicidando (sic) o Brasil” (<http://www.gazetadopovo.com.br/opiniaio/artigos>)

Mas há, ainda, um problema a mais: segundo Fatorelli, quem está controlando a economia brasileira é o Financial Sector Assessment Program Brazil, ou seja, o grande capital financeiro.

Nesta toada, o país segue a cartilha do FMI para a Política Monetária, incorporando seus mandamentos, a saber: a aprovação de lei assegurando a “autonomia” do Banco Central, especificamente garantindo mandato para diretores, como uma política monetária objetiva; a perseverança da política de controle inflacionário com metas;

internacionalmente e internamente; em que às dívidas não corresponde nenhuma contrapartida; e cujo maior beneficiário é o setor financeiro. Esse sistema, esclarece a Auditora, gera uma crise em diversos entes federados brasileiros.

Esse verdadeiro sorvedouro de riqueza nacional se alimenta de tais como o próprio Modelo Econômico adotado pelo país; os Privilégios Financeiros; o Sistema Legal; o Sistema Político; a Corrupção; a Grande Mídia; os Organismos Internacionais e a Dominação Financeira. Entre os mecanismos que geram dívida sem contrapartida, podem-se citar, a título de exemplificação, a emissão de títulos da dívida para pagar juros, abusivas taxas de juros, cobertura

de bilionários prejuízos operacionais do BC (R\$ 147,7 bilhões em 2009; R\$ 48,5 bilhões em 2010;), os quais, segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, devem ser arcados pelo Tesouro Nacional. Sem deixar de citar que a corrupção institucionalizada, fortemente entranhada no Sistema da Dívida, não só engessa o programa econômico nacional como, obviamente, é geradora de dívida sem contrapartida para os programas do Governo, especialmente os de conteúdo social, voltados à atenção básica da população em geral e, especialmente, dos setores mais excluídos.

Essa gratuita transposição de riquezas para o Sistema Financeiro promove um escandaloso crescimento do lucro



O coordenador do curso de Ciências Contábeis do UniBrasil, Cesar Augusto Gaertner e a palestrante Maria Lucia Fattorelli

o reforço da responsabilidade fiscal e, simultaneamente, a liberdade monetária e o câmbio flutuante; a redução da presença do setor público e o aumento da participação da banca estrangeira na economia nacional; empoderamento do BC para fornecer recursos para recapitalização da banca; retirada de exigências legais e trabalhistas em caso de fusão, incorporação; estímulo à participação privada em financiamentos imobiliários (CCI) e recomendação de que o Bovespa reveja o Mecanismo de Compensação de investidores contra perdas no mercado de capitais devido a erros operacionais, entre muitas outras medidas.

Ocorre que, no Orçamento de 2015, com base nos dados do Portal da Transparência, revela-se uma inconsistência nos dados, uma vez que as receitas realizadas em 2015 foram de R\$2,748 trilhões, enquanto as despesas do mesmo ano (pagas até dezembro de 2015) foram de apenas R\$ 2,268 trilhões. Há, aí, uma diferença de nada menos que R\$ 480 bilhões. Cabe indagar: onde foram aplicados esses R\$ 480 bilhões? A resposta aponta para o abismo: esse recurso foi carreado para pagamento de juros e amortizações da dívida. Trata-se do mais elevado volume de gastos do Orçamento (42,43%), o que consumiu não somente receitas financeiras, mas também outras receitas orçamentárias, o que, obviamente, implicou a retirada de recursos de áreas essenciais.

A partir de suas pesquisas, Fatorelli constata o que ela denomina, como já mencionamos, um “SISTEMA DA DÍVIDA”, que converte o endividamento em mero mecanismo de subtração de recursos e não mais para o financiamento dos Estados; que se reproduz

dos bancos. Também convém assinalar persistência de certa margem de omissão de órgãos de controle do Estado. Mas não é só, esclarece a Auditora, também se torna patente um total descumprimento de princípios constitucionais no que se refere à transparência e os critérios para motivação do Estado, o que, em termos mais objetivos significa que não está ocorrendo a devida disponibilização de informação capaz de responder adequadamente às seguintes interrogações: quem são os detentores dos títulos da dívida brasileira? Por que compramos títulos da dívida externa antecipadamente e com ágio que chegou a 70%? Quais dívidas externas privadas foram transformadas em dívida pública? Quem são os beneficiários dos contratos de swap? Qual o fundamento legal para se oferecer razão mensal ao mercado? Quem são os beneficiários das operações de mercado aberto? Quais as condições financeiras oferecidas?

Outro problema relativo ao imbróglio nas informações, e aí no que diz respeito às dívidas externa e interna, é a manipulação dos números da dívida, uma vez que artifícios são utilizados para “aliviar” o peso dos números: dívida “líquida” em lugar da dívida bruta; juros “reais” em lugar dos juros nominais; contabilização de parte dos juros nominais como se fosse amortização; exclusão da dívida externa “privada” das estatísticas, desconsiderando a existência de garantia pública sobre tal dívida; gráficos que fazem a comparação da Dívida Líquida com o PIB, mostrando uma ilusória queda do montante da dívida.

Conforme Fatorelli, o sistema da dívida



UNIBR

opera nos estados e municípios, os quais seguem a carta de intenções com o FMI; o endividamento sem contrapartida; os mecanismos financeiros, bem como o refinanciamento pela União, conforme a Lei 9.496/97; o pacote de plano de ajuste fiscal, das privatizações do patrimônio dos estados e assunção de passivos de bancos – PROES. Assim, as condições empurram esses entes federados para o endividamento junto ao Banco Mundial e a bancos privados internacionais para pagar à União, gerando ilegalidades e um enorme sacrifício social. A ilustrar esse tópico, Fatorelli apresentou o caso da Dívida Interna do Estado do Paraná, revelando que o prejuízo decorrente do caso Banestado foi transformado em dívida pública dos paranaenses. A dívida dos estados fica atrelada à Crise Fiscal devido às condições abusivas do refinanciamento pela União (Lei 9.496/97) e a novos esquemas sofisticados, tais como a cessão de créditos referentes à Dívida Ativa, a venda de direito inalienável, a atividade exclusiva de Estado, entre outros.

Retomando o paradoxo brasileiro que se mencionou no início deste artigo, no qual dois Brasis opostos se cindem e se enfrentam, em que, como vimos, a 9ª ECONOMIA MUNDIAL gesta a pior distribuição de renda do mundo, ocupa o 79º lugar no ranking de respeito aos Direitos Humanos – IDH, o penúltimo no ranking da Educação e 128º no ranking do crescimento econômico; constatando-se um sorvedouro da riqueza nacional, resta formular alternativas de superação e transformação dessa realidade. Nessa direção, Fatorelli propõe que seja realizada a AUDITORIA DA DÍVIDA brasileira, já prevista na Constituição Federal de 1988 e reclamada em Plebiscito popular realizado no ano 2000.

É de se destacar que já ocorreu uma CPI da Dívida Pública na Câmara dos Deputados, a qual foi criada em Dez/2008, por iniciativa do Dep. Ivan Valente (PSOL/SP), e que teve o mérito de identificar graves indícios de ilegalidade da dívida pública. Os relatórios dessa CPI foram entregues ao Ministério Público Federal em maio/2010 e aguarda-se o prosseguimento dos trâmites.

Ainda, como estratégias de ação, a ONG coordenada por Maria Lúcia Fatorelli propõe como iniciativas imprescindíveis o conhecimento da realidade, a mobilização social consciente e por fim ações concretas tais como a constituição de uma Frente Parlamentar Mista para realizar a Auditoria da Dívida, com garantia de efetiva participação da sociedade brasileira ou, em outros termos, reivindica-se uma AUDITORIA DA DÍVIDA COM PARTICIPAÇÃO CIDADÃ.

O tema, como se vê, é atualíssimo e sua solução urgente. A crise expressa, de forma clara, as contradições que subjazem ao sistema social. Seus fundamentos não são facilmente identificáveis, porque implicam pensar por contradição. Com efeito, o paradoxo, se bem visto, é mais uma das contradições entre Capital e Trabalho. Cumpre compreender seus mecanismos e atuar efetivamente na sua superação.